

**Ex.mo Senhor
Presidente da Assembleia da
República**

Registo

V. Ref.^a

Data

20-12-2023

ASSUNTO: Texto de substituição e relatório de nova apreciação na generalidade dos Projetos de Lei n.ºs [40/XV/1.ª \(PSD\)](#), [122/XV/1.ª \(BE\)](#), [126XV/1.ª \(L\)](#), [127XV/1.ª \(L\)](#), [132XV/1.ª \(IL\)](#), [133XV/1.ª \(PS\)](#) e [134XV/1.ª \(PAN\)](#).

Para o efeito da sua votação na generalidade, especialidade e final global, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 146.º, junto se envia o texto de substituição dos Projetos de Lei n.ºs [40/XV/1.ª \(PSD\)](#) - Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que Aprova a Lei da Nacionalidade, revogando o artigo 14.º dessa Lei, [122/XV/1.ª \(BE\)](#) - Altera a Lei da Nacionalidade e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (10.ª alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro e 37.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 322-a/2001, de 14 de dezembro), [126/XV/1.ª \(L\)](#) - Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro na sua redação atual, que aprova a Lei da Nacionalidade – revogação da norma que faz depender os efeitos da nacionalidade da filiação estabelecida durante a menoridade, [127/XV/1.ª \(L\)](#) - Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro na sua redação atual, que aprova a Lei da Nacionalidade – atualização dos requisitos de que depende a concessão de nacionalidade, por naturalização, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses, [132/XV/1.ª \(IL\)](#) - Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, [133XV/1.ª \(PS\)](#) - Define as circunstâncias em que a filiação estabelecida após a menoridade pode produzir efeitos relativamente à nacionalidade, procedendo à 10.ª alteração à Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro e [134/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Revoga o artigo 14.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, aprovado na reunião desta Comissão de 20 de dezembro de 2023, conforme relatório de nova apreciação na generalidade, em anexo.

O texto de substituição da Comissão sempre teria de ser **votado na especialidade pelo Plenário da AR e aprovado em votação final por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, revestindo o ato legislativo aprovado a forma de lei orgânica**, em conformidade com as disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 168.º, da alínea f) do artigo 164.º, do n.º 2 do artigo 166.º e do n.º 5 do artigo 168.º, todos da Constituição (e prevendo o artigo 94.º do Regimento que essa votação por maioria qualificada deve ser realizada com recurso a votação eletrónica).

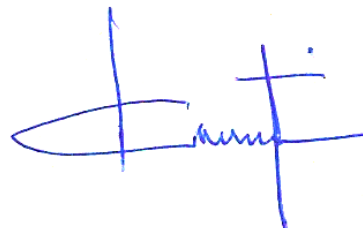
Na reunião da Comissão, os **proponentes Grupos Parlamentares do PS, L e PAN declararam retirar os seus Projetos** a favor do texto de substituição aprovado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 141.º do Regimento da Assembleia da República, **tendo o Grupo Parlamentar do PSD declarado expressamente não retirar o seu Projeto de Lei**, o que, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, importará a sua votação na generalidade em Plenário previamente ao texto de substituição.

Subsequentemente, o Grupo Parlamentar do BE também **declarou retirar o seu Projeto** a favor do texto de substituição aprovado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 141.º do Regimento da Assembleia da República.

O GP da IL declarou, subsequentemente, que mantinha “a intenção de levar a plenário o Projeto de Lei n.º 132/XV/1.ª”, o que, nos termos do n.º 2 do artigo 141.º do RAR, importará a sua votação na generalidade em Plenário previamente ao texto de substituição.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão,



(Fernando Negrão)

**RELATÓRIO DA NOVA APRECIÇÃO
DOS**

[PROJETO DE LEI 40/XV/1 \(PSD\)](#) - DÉCIMA ALTERAÇÃO À LEI N.º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO, QUE APROVA A LEI DA NACIONALIDADE, REVOGANDO O ARTIGO 14.º DESSA LEI;

[PROJETO DE LEI 122/XV/1 \(BE\)](#) - ALTERA A LEI DA NACIONALIDADE E O REGULAMENTO EMOLUMENTAR DOS REGISTOS E NOTARIADO (10.ª ALTERAÇÃO À LEI N.º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO E 37.ª ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 322-A/2001, DE 14 DE DEZEMBRO);

[PROJETO DE LEI 126XV/1 \(L\)](#) - ALTERAÇÃO À LEI N.º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO NA SUA REDAÇÃO ATUAL, QUE APROVA A LEI DA NACIONALIDADE – REVOGAÇÃO DA NORMA QUE FAZ DEPENDER OS EFEITOS DA NACIONALIDADE DA FILIAÇÃO ESTABELECIDA DURANTE A MENORIDADE;

[PROJETO DE LEI 127XV/1 \(L\)](#) - ALTERAÇÃO À LEI N.º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO NA SUA REDAÇÃO ATUAL, QUE APROVA A LEI DA NACIONALIDADE – ATUALIZAÇÃO DOS REQUISITOS DE QUE DEPENDE A CONCESSÃO DE NACIONALIDADE, POR NATURALIZAÇÃO, AOS DESCENDENTES DE JUDEUS SEFARDITAS PORTUGUESES;

[PROJETO DE LEI 132XV/1 \(IL\)](#) - DÉCIMA ALTERAÇÃO À LEI N.º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO, QUE APROVA A LEI DA NACIONALIDADE;

[PROJETO DE LEI 133XV/1 \(PS\)](#) - DEFINE AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE A FILIAÇÃO ESTABELECIDA APÓS A MENORIDADE PODE PRODUZIR EFEITOS RELATIVAMENTE À NACIONALIDADE, PROCEDENDO À 10.ª ALTERAÇÃO À LEI DA NACIONALIDADE, APROVADA PELA LEI N.º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO;

[PROJETO DE LEI 134XV/1 \(PAN\)](#) - REVOGA O ARTIGO 14.º DA LEI N.º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO, QUE APROVA A LEI DA NACIONALIDADE

1. Os Projetos de Lei em epígrafe, da iniciativa dos Grupos Parlamentares do PSD, do BE, da IL e do PS e dos DURPs do L e do PAN, baixaram à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sem votação, em 24 de junho de 2022, para nova apreciação.

2. Sobre o Projeto de Lei n.º 40/XV/1.^a, foram solicitados e recebidos pareceres [do Conselho Superior da Magistratura](#), da [Ordem dos Advogados e do Conselho Superior do Ministério Público](#).
3. Sobre o Projeto de Lei n.º 122/XV/1.^a (BE), foi solicitado parecer ao [Conselho Superior do Ministério Público](#), ao [Conselho Superior da Magistratura](#) e à Ordem dos Advogados.
4. Sobre o Projeto de Lei n.º 126/XV/1.^a (L) foi pedido parecer ao [Conselho Superior do Ministério Público](#), ao [Conselho Superior da Magistratura](#) e à Ordem dos Advogados.
5. Sobre o Projeto de Lei n.º 127/XV/1.^a (L) foram recebidos os seguintes pareceres: [do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior do Ministério Público, da Comunidade Israelita do Porto, da Comunidade Israelita de Lisboa e da Comunidade Judaica de Belmonte](#).
6. Sobre o Projeto de Lei n.º 132/XV/1.^a (IL), foi pedido parecer ao [Conselho Superior do Ministério Público](#), ao [Conselho Superior da Magistratura](#) e à Ordem dos Advogados.
7. Sobre o Projeto de Lei n.º 133/XV/1.^a (PS), foi pedido parecer ao [Conselho Superior do Ministério Público](#), ao [Conselho Superior da Magistratura](#) e à Ordem dos Advogados.
8. Sobre o Projeto de Lei n.º 134/XV/1.^a (PAN), foi pedido parecer ao [Conselho Superior do Ministério Público](#), ao [Conselho Superior da Magistratura](#) e à Ordem dos Advogados.
9. A [Proposta de Lei n.º 72/XV/1.^a](#) (GOV) – Altera a Lei da Nacionalidade, aprovada na generalidade em 13 de outubro de 2023, foi objeto dos seguintes pareceres: [Parecer - Ordem dos Advogados](#); [Parecer - Conselho Superior do Ministério Público](#); [Parecer - Conselho Superior da Magistratura](#), tendo ainda [sido objeto de um comunicado da Comunidade Israelita](#) de Lisboa.
Esta iniciativa legislativa caducou em 8 de dezembro de 2023, em face da [demissão do Governo](#), por efeito da aceitação do pedido de demissão apresentado pelo Primeiro-Ministro.

10. Em 19 de dezembro, a Comissão realizou audições ([1](#) e [2](#)) no âmbito da nova apreciação das iniciativas, da Presidente do Conselho Diretivo do [IRN - Instituto dos Registos e Notariado, I.P.](#) e do Presidente do Conselho Diretivo da [AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P.](#) nos termos do n.º 2 do artigo 104.º, conjugado com a alínea b) do n.º 2 do artigo 102.º, ambos do Regimento da Assembleia da República, a [requerimento potestativo do Grupo Parlamentar do PSD](#), para pronúncia nas matérias que incidem sobre as suas competências, acerca do teor da [proposta de substituição integral apresentada pelo PS](#), bem como da [Comunidade Israelita de Lisboa, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD](#), para pronúncia sobre a [proposta de substituição integral apresentada pelo PS](#), na parte relativa à matéria da aquisição da nacionalidade portuguesa por naturalização dos descendentes de judeus sefarditas portugueses.
11. Em 20 de dezembro de 2023, a Comissão realizou a nova apreciação das várias iniciativas legislativas que visam a alteração da Lei da Nacionalidade e a discussão e votação na especialidade, indiciárias nos termos conjugados dos artigos 164.º, f) e 168.º, n.º 5 da CRP.
12. O Grupo Parlamentar do PS apresentou, em 6 de dezembro de 2023, uma [proposta de substituição integral da sua iniciativa](#), que fez substituir por [nova proposta](#) em 20 de dezembro, a qual foi objeto de discussão, como anteprojeto do texto de substituição a aprovar.
13. Na [reunião](#), na qual se encontravam representados todos os Grupos Parlamentares e DURPs, com exceção dos GPs do CH, da IL, do PCP e do BE, procedeu-se à apreciação de todas as iniciativas, tendo sido realizadas votações indiciárias das soluções contidas nos vários projetos de lei que haviam baixado à Comissão sem votação e na proposta de substituição apresentada, tendo em vista a aprovação de um texto de substituição da Comissão. Antes do debate e votação, e por ter de se ausentar da reunião, o GP do CH declarou o seu voto contra todas as normas da proposta de substituição integral, que solicitou ficasse refletido no presente relatório.
14. No debate que acompanhou a votação, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves (PS), Paula Cardoso (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), Joana Sá Pereira (PS) e Cláudia Cruz Santos (PS).

O **Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS)** recordou que as audições da véspera haviam permitido refletir sobre algumas das soluções normativas propostas, o que motivara propostas adicionais daquela mesma data, designadamente sobre o artigo 15.º e o pedido de residência temporária; e a não revogação do artigo 14.º, muito embora com a clarificação do seu n.º 2, uma vez que não só quando houve processo judicial movido por interessado no estabelecimento da filiação a norma opera, mas sempre que há intervenção judicial, não bastando uma mera declaração, mas sendo possível através de ação declarativa; a eliminação da alínea d) proposta para o artigo 6.º, por redundante, artigo que, em rigor, não contém um regime transitório inovador e alternativo, mas uma norma reguladora dos pedidos pendentes à data da entrada em vigor da lei, uma baliza temporal suficiente. Acrescentou que a CIL recordara que uma decisão judicial recente considerara inconstitucional o que consta do regulamento da nacionalidade porque na lei não constam os critérios, pelo que colocá-los na lei permitiria resolver os processos pendentes à data da entrada em vigor da lei.

A **Senhora Deputada Paula Cardoso (PSD)** lembrou a utilidade das audições e anunciou que o PSD se reservava para propor mais alterações em avocação em Plenário, mas declarou que não se revia no conceito de criminalidade violenta, especialmente violenta ou altamente organizada. Assinalou que os conceitos deveriam ser o envolvimento com a prática de terrorismo e que ponham em causa a segurança nacional, uma vez que os outros são conceitos de investigação criminal e não de ameaça para a segurança nacional, sendo certo que o IRN recordou que a certificação era feita pelo SIS e pela PJ.

Defendeu que a introdução destes conceitos criaria entropias no sistema, só podendo ser levados ao conhecimento do IRN pelo Ministério Público, não se percebendo como se faria na prática esta certificação e criando uma incoerência no sistema, alargando o espectro, abrangendo crimes com penas inferiores a 3 anos.

O **Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS)** considerou não haver dificuldade com as molduras penais, uma vez que não estavam abrangidos ilícitos com moldura inferior a 3 anos, padrão da Lei. O regulamento da nacionalidade resolverá as questões relativas ao modo como o IRN se munirá de informação, procedimentos que não têm previsão na Lei.

As **Senhoras Deputadas Joana Sá Pereira (PS) e Cláudia Cruz Santos (PS)** declararam não acompanhar as propostas para os n.ºs 7 e 13 do artigo 6.º da lei da Nacionalidade, muito embora saudando o esforço feito na proposta, considerando mais adequadas as soluções de revogação da Proposta de Lei n.º 72/XV e dos Projetos de Lei n.ºs 28/XV e 909/XV (PCP), defendendo a revogação do regime por considerar tratar-se de regime de reparação histórica que não deveria ser eterno e já tinha beneficiado de período temporal suficiente.

Da votação da proposta de substituição integral resultou o seguinte:

- **Artigo 1.º (preambular) – aprovado** com votos a favor do PS e do PSD e dos DURPs do PAN e do L e contra do CH;
- **Artigo 2.º (preambular) – aprovado** com votos a favor do PS e dos DURPs do PAN e do L e contra do PSD e do CH;
 - **Artigo 1.º da Lei da Nacionalidade – proposta de substituição do n.º 3 - aprovada** com votos a favor do PS e dos DURPs do PAN e do L e contra do PSD e do CH;
 - **Artigo 6.º da Lei da Nacionalidade**
 - **proposta de substituição da alínea e) do n.º 1 - aprovada** com votos a favor do PS e dos DURPs do PAN e do L e contra do PSD e do CH;
 - **proposta de substituição do n.º 7 - aprovada** com votos a favor do PS, do PSD e dos DURPs do PAN e do L, contra do CH e as abstenções das Senhoras Deputadas Cláudia Cruz Santos (PS) e Joana Sá Pereira (PS);
 - **proposta de aditamento de um n.º 13 ao artigo - aprovada** com votos a favor do PS, do PSD e dos DURPs do PAN e do L, contra do CH e as abstenções das Senhoras Deputadas Cláudia Cruz Santos (PS) e Joana Sá Pereira (PS);
 - **Artigo 9.º da Lei da Nacionalidade**
 - **proposta de substituição da alínea d) do n.º 1 - aprovada** com votos a favor do PS e dos DURPs do PAN e do L e contra do PSD e do CH;
 - **Artigo 10.º da Lei da Nacionalidade**

– **proposta de substituição do n.º 1 - aprovada** com votos a favor do PS, do PSD e dos DURPs do PAN e do L e contra do CH;

➤ **Artigo 13.º da Lei da Nacionalidade**

– **proposta de substituição dos n.º 2 e 4 (anterior n.º 3) - aprovada** com votos a favor do PS, do PSD e dos DURPs do PAN e do L e contra do CH;

➤ **Artigo 14.º da Lei da Nacionalidade**

– **proposta de substituição do corpo do artigo (que passa a n.º 1) - aprovada** com votos a favor do PS e dos DURPs do PAN e do L e contra do PSD e do CH;

– **proposta de aditamento de n.ºs 2 e 3 ao artigo - aprovada** com votos a favor do PS e dos DURPs do PAN e do L, contra do CH e a abstenção do PSD;

➤ **Artigo 15.º da Lei da Nacionalidade**

– **proposta de aditamento de novo n.º 4 ao artigo (passando o anterior a n.º 5) - aprovada** com votos a favor do PS e dos DURPs do PAN e do L, contra do CH e a abstenção do PSD;

Artigo 4.º (preambular) – alteração sistemática - aprovada com votos a favor do PS, do PSD e dos DURPs do PAN e do L e contra do CH;

Artigo 5.º (preambular) – aprovada com votos a favor do PS e dos DURPs do PAN e do L, contra do CH e a abstenção do PSD;

Artigo 6.º (preambular) – alteração sistemática - aprovada com votos a favor do PS, do PSD e dos DURPs do PAN e do L e contra do CH;

Artigo 7.º (preambular) – alteração sistemática - aprovada com votos a favor do PS, do PSD e dos DURPs do PAN e do L e contra do CH;

Artigo 8.º (preambular) – alteração sistemática - aprovada com votos a favor do PS, do PSD e dos DURPs do PAN e do L e contra do CH;

Foi ainda **aprovado o aditamento de um artigo 8.º preambular (passando o 8.º - entrada em vigor - a 9.º), determinando a republicação da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro**, que aprova a Lei da Nacionalidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, que o impõe, designadamente para as alterações a leis orgânicas, como no caso em apreço.

Por fim, foi **aprovado o seguinte título** para o texto de substituição: «*Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade*».

Da votação resultou assim um texto de substituição **da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que deverá ser submetido a votações sucessivas na generalidade, especialidade e final global pelo Plenário da Assembleia da República**, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 146.º do RAR.

O texto de substituição da Comissão sempre teria de ser **votado na especialidade pelo Plenário da AR e aprovado em votação final por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, revestindo o ato legislativo aprovado a forma de lei orgânica**, em conformidade com as disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 168.º, da alínea f) do artigo 164.º, do n.º 2 do artigo 166.º e do n.º 5 do artigo 168.º, todos da Constituição (e prevendo o artigo 94.º do Regimento que essa votação por maioria qualificada deve ser realizada com recurso a votação eletrónica).

Na reunião, os **proponentes Grupo Parlamentar do PS e os DURPs do PAN e do L declararam retirar os seus Projetos de Lei** a favor do texto de substituição aprovado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 141.º do Regimento da Assembleia da República, **tendo o Grupo Parlamentar do PSD declarado expressamente não retirar o seu Projeto de Lei**, o que, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, importará a sua votação na generalidade em Plenário previamente ao texto de substituição.

Subsequentemente, o Grupo Parlamentar do BE também **declarou retirar o seu Projeto** a favor do texto de substituição aprovado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 141.º do Regimento da Assembleia da República.

O GP da IL remeteu os seus sentidos de voto (que figuram em anexo ao presente relatório) – votando favoravelmente todo o articulado da proposta de substituição integral apresentada pelo PS -, mais tendo declarado que mantinha “a intenção de levar a plenário o Projeto de Lei n.º 132/XV/1.ª”, o que, nos termos do n.º 2 do artigo 141.º do RAR, importará igualmente a sua votação na generalidade em Plenário previamente ao texto de substituição.

Seguem em anexo o **texto de substituição** e as propostas de alteração apresentadas.

Palácio de S. Bento, em 20 de dezembro de 2023

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



FERNANDO NEGRÃO

TEXTO DE SUBSTITUIÇÃO DOS

PROJETO DE LEI 40/XV/1 (PSD) - DÉCIMA ALTERAÇÃO À LEI N.º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO, QUE APROVA A LEI DA NACIONALIDADE, REVOGANDO O ARTIGO 14.º DESSA LEI;

PROJETO DE LEI 122/XV/1 (BE) - ALTERA A LEI DA NACIONALIDADE E O REGULAMENTO EMOLUMENTAR DOS REGISTOS E NOTARIADO (10.ª ALTERAÇÃO À LEI N.º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO E 37.ª ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 322-A/2001, DE 14 DE DEZEMBRO);

PROJETO DE LEI 126XV/1 (L) - ALTERAÇÃO À LEI N.º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO NA SUA REDAÇÃO ATUAL, QUE APROVA A LEI DA NACIONALIDADE – REVOGAÇÃO DA NORMA QUE FAZ DEPENDER OS EFEITOS DA NACIONALIDADE DA FILIAÇÃO ESTABELECIDA DURANTE A MENORIDADE;

PROJETO DE LEI 127XV/1 (L) - ALTERAÇÃO À LEI N.º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO NA SUA REDAÇÃO ATUAL, QUE APROVA A LEI DA NACIONALIDADE – ATUALIZAÇÃO DOS REQUISITOS DE QUE DEPENDE A CONCESSÃO DE NACIONALIDADE, POR NATURALIZAÇÃO, AOS DESCENDENTES DE JUDEUS SEFARDITAS PORTUGUESES;

PROJETO DE LEI 132XV/1 (IL) - DÉCIMA ALTERAÇÃO À LEI N.º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO, QUE APROVA A LEI DA NACIONALIDADE;

PROJETO DE LEI 133XV/1 (PS) - DEFINE AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE A FILIAÇÃO ESTABELECIDA APÓS A MENORIDADE PODE PRODUZIR EFEITOS RELATIVAMENTE À NACIONALIDADE, PROCEDENDO À 10.ª ALTERAÇÃO À LEI DA NACIONALIDADE, APROVADA PELA LEI N.º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO;

PROJETO DE LEI 134XV/1 (PAN) - REVOGA O ARTIGO 14.º DA LEI N.º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO, QUE APROVA A LEI DA NACIONALIDADE

DÉCIMA ALTERAÇÃO À LEI N.º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO, QUE APROVA A LEI DA NACIONALIDADE

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei procede à décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, alterada pela Lei n.º 25/94, de 19 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 194/2003, de 23 de agosto, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2004, de 15 de janeiro, 2/2006, de 17 de abril, 1/2013, de 29 de julho, 8/2015, de 22 de junho, 9/2015, de 29 de julho, 2/2018, de 5 de julho, e 2/2020, de 10 de novembro.

Artigo 2.º

Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro

São alterados os artigos 1.º, 6.º, 9.º, 10.º, 13.º, 14.º e 15.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 1.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - A existência de laços de efetiva ligação à comunidade nacional, para os efeitos estabelecidos na alínea d) do n.º 1, verifica-se pelo conhecimento suficiente da língua portuguesa e depende da não condenação a pena de prisão igual ou superior a 3 anos, com trânsito em julgado da sentença, por crime punível segundo a lei portuguesa, e da não existência de perigo ou ameaça para a segurança ou a defesa nacional, nomeadamente pelo envolvimento em atividades relacionadas com a prática de terrorismo, criminalidade violenta, especialmente violenta ou altamente organizada.

4 - [...].

Artigo 6.º

[...]

- 1 - [...]:
- a) [...];
 - b) [...];
 - c) [...];
 - d) [...];
 - e) Não constituam perigo ou ameaça para a segurança ou a defesa nacional, nomeadamente pelo envolvimento em atividades relacionadas com a prática de terrorismo, criminalidade violenta, especialmente violenta ou altamente organizada.

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

6 - [...]

7 - O Governo pode conceder a nacionalidade por naturalização, com dispensa dos requisitos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Demonstrem a tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, com base em requisitos objetivos comprovados de ligação a Portugal, designadamente apelidos, idioma familiar, descendência direta ou colateral; e
- b) Tenham residido legalmente em território português pelo período de pelo menos três anos, seguidos ou interpolados.

8 - [...]

9 - [...]

10 - [...]

11 - [...]

12 - [...]

13 – A certificação da demonstração de tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa com base em requisitos objetivos comprovados de ligação a Portugal referida na alínea a) do n.º 7,

é sujeita a homologação final por uma comissão de avaliação nomeada pelo membro do governo responsável pela área da Justiça, integrando representantes dos serviços competentes em razão da matéria, investigadores ou docentes em instituições de ensino superior em estudos sefarditas e representantes de comunidades judaicas com estatuto de pessoa coletiva religiosa, radicadas em Portugal.

Artigo 9.º

[...]

1 - [...]:

a) [...];

b) [...]

c) [...];

d) A existência de perigo ou ameaça para a segurança ou a defesa nacional, nomeadamente pelo envolvimento em atividades relacionadas com a prática de terrorismo, criminalidade violenta, especialmente violenta ou altamente organizada.

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

Artigo 10.º

[...]

1 - A oposição é deduzida pelo Ministério Público no prazo de 1 ano a contar da data do registo da aquisição da nacionalidade, em processo a instaurar nos termos do artigo 26.º.

2 - [...].

Artigo 13.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - O procedimento de aquisição da nacionalidade portuguesa por efeito da vontade, por adoção ou por naturalização suspende-se igualmente enquanto o interessado for destinatário de medidas restritivas aprovadas pela Organização das Nações Unidas ou pela União Europeia, na aceção da Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto.
- 3 - [Anterior n.º 2].
- 4 - São nulos os atos praticados em violação do disposto nos n.ºs 1 e 2.

Artigo 14.º

Efeitos do estabelecimento da filiação

- 1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, só a filiação estabelecida durante a menoridade produz efeitos relativamente à nacionalidade.
- 2 – Quando a filiação seja estabelecida na maioridade, só pode ser atribuída a nacionalidade originária nos casos em que o estabelecimento da filiação ocorra na sequência de processo judicial ou quando seja objeto de reconhecimento em ação judicial, após o trânsito em julgado da sentença, sem prejuízo do que se ache estabelecido em matéria de revisão de decisão estrangeira.
- 3 – No caso referido no número anterior a atribuição deve ser requerida nos três anos seguintes ao trânsito em julgado da decisão.

Artigo 15.º

[...]

- 1 – [...]
- 2 - [...]
- 3 - [...]
- 4 - Para os efeitos de contagem de prazos de residência legal previstos na presente lei, considera-se igualmente o tempo decorrido desde o momento em que foi requerido o título de residência temporária, desde que o mesmo venha a ser deferido.

5 – [Anterior n.º 4]».

Artigo 3.º

Aditamento à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro

É aditado à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, o artigo 12.º-C, com a seguinte redação:

«Artigo 12.º-C

Recolha de dados biométricos

1 - Para efeitos de verificação da fidedignidade dos dados apresentados no processo de nacionalidade, podem ser recolhidos os seguintes dados biométricos dos interessados:

- a) Imagem facial;
- b) Impressões digitais;
- c) Altura.

2 - A recolha e o tratamento dos dados referidos no número anterior podem ser efetuados por pessoal qualificado devidamente credenciado pelo Instituto de Registos e Notariado, I. P. (IRN, I. P.), ou pela Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, ou através de terminais de autosserviço providos pelo IRN, I. P., ou de terminais de autosserviço providos pela Agência para a Modernização Administrativa, I. P., nos espaços cidadão.

3 - Em caso de deferimento do pedido de nacionalidade, os dados referidos no n.º 1 podem ser reutilizados para as finalidades previstas na Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, na sua redação atual, sendo conservados nos termos aí previstos.

4 - Em caso de indeferimento do pedido de nacionalidade, os dados referidos no n.º 1 são eliminados após o decurso do prazo de impugnação judicial do despacho de indeferimento ou, em caso de impugnação, após o trânsito em julgado da decisão que anule ou declare nulo o despacho de indeferimento.»

Artigo 4.º

Alteração sistemática à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro

O Capítulo VI do Título I da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, passa a integrar os artigos 12.º-C a 15.º.

Artigo 5.º

Contagem do prazo do artigo 14.º

O prazo de 3 anos previsto no n.º 3 do artigo 14.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, conta-se a partir da entrada em vigor da presente lei em relação aos casos de estabelecimento da filiação que tenham ocorrido antes da sua entrada em vigor.

Artigo 6.º

Pedidos pendentes

Em relação aos requerimentos apresentados até à entrada em vigor da presente lei, o Governo pode conceder a nacionalidade por naturalização, com dispensa dos requisitos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses, através da demonstração da tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, com base em requisitos objetivos comprovados de ligação a Portugal, designadamente apelidos, idioma familiar, descendência direta ou colateral, bem como:

- a) Da titularidade, transmitida mortis causa, de direitos reais sobre imóveis sitos em Portugal, de outros direitos pessoais de gozo ou de participações sociais em sociedades comerciais ou cooperativas sediadas em Portugal; ou
- b) Da realização de deslocações regulares ao longo da vida do requerente a Portugal que atestem uma ligação efetiva e duradoura a Portugal; ou
- c) Da titularidade de autorização de residência há mais de um ano.

Artigo 7.º

Regulamentação

O Governo procede às necessárias alterações do Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, no prazo de 90 dias a contar da publicação da presente lei.

Artigo 8.º

Republicação

A Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, na sua redação atual, é republicada em anexo à presente lei, da qual é parte integrante.

Artigo 9.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Palácio de S. Bento, em 20 de dezembro de 2023

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



FERNANDO NEGRÃO

ANEXO

(a que se refere o artigo 8.º)

Republicação da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro

Lei da Nacionalidade

Título I

Atribuição, aquisição e perda da nacionalidade

Capítulo I

Atribuição da nacionalidade

Artigo 1.º

Nacionalidade originária

1 – São portugueses de origem:

- a) Os filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no território português;
- b) Os filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no estrangeiro se o progenitor português aí se encontrar ao serviço do Estado Português;
- c) Os filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no estrangeiro se tiverem o seu nascimento inscrito no registo civil português ou se declararem que querem ser portugueses;
- d) Os indivíduos com, pelo menos, um ascendente de nacionalidade portuguesa originária do 2.º grau na linha reta que não tenha perdido essa nacionalidade, se declararem que querem ser portugueses e possuírem laços de efetiva ligação à comunidade nacional;
- e) Os indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos progenitores também aqui tiver nascido e aqui tiver residência, independentemente de título, ao tempo do nascimento;
- f) Os indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros que não se encontrem ao serviço do respetivo Estado, que não declarem não querer ser

portugueses, desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores resida legalmente no território português, ou aqui resida, independentemente do título, há pelo menos um ano;

g) Os indivíduos nascidos no território português e que não possuam outra nacionalidade.

2 – Presumem-se nascidos no território português, salvo prova em contrário, os recém-nascidos que aqui tenham sido expostos.

3 - A existência de laços de efetiva ligação à comunidade nacional, para os efeitos estabelecidos na alínea d) do n.º 1, verifica-se pelo conhecimento suficiente da língua portuguesa e depende da não condenação a pena de prisão igual ou superior a 3 anos, com trânsito em julgado da sentença, por crime punível segundo a lei portuguesa, e da não existência de perigo ou ameaça para a segurança ou a defesa nacional, nomeadamente pelo envolvimento em atividades relacionadas com a prática de terrorismo, criminalidade violenta, especialmente violenta ou altamente organizada.

4 – A prova da residência legal referida na alínea f) do n.º 1 faz-se mediante a exibição do competente documento de identificação do pai ou da mãe no momento do registo.

Capítulo II

Aquisição da nacionalidade

Secção I

Aquisição da nacionalidade por efeito da vontade

Artigo 2.º

Aquisição por filhos menores ou incapazes

Os filhos menores ou incapazes de pai ou mãe que adquira a nacionalidade portuguesa podem também adquiri-la, mediante declaração.

Artigo 3.º

Aquisição em caso de casamento ou união de facto

- 1 – O estrangeiro casado há mais de três anos com nacional português pode adquirir a nacionalidade portuguesa mediante declaração feita na constância do matrimónio.
- 2 – A declaração de nulidade ou anulação do casamento não prejudica a nacionalidade adquirida pelo cônjuge que o contraiu de boa fé.
- 3 – O estrangeiro que, à data da declaração, viva em união de facto há mais de três anos com nacional português pode adquirir a nacionalidade portuguesa, após ação de reconhecimento dessa situação a interpor no tribunal cível.

Artigo 4.º

Declaração após aquisição de capacidade

Os que hajam perdido a nacionalidade portuguesa por efeito de declaração prestada durante a sua incapacidade podem adquiri-la, quando capazes, mediante declaração.

Secção II

Aquisição da nacionalidade pela adoção

Artigo 5.º

Aquisição por adoção

O adotado por nacional português adquire a nacionalidade portuguesa.

Secção III
Aquisição da nacionalidade por naturalização

Artigo 6.º
Requisitos

- 1 – O Governo concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos estrangeiros que satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos:
- a) Serem maiores ou emancipados à face da lei portuguesa;
 - b) Residirem legalmente no território português há pelo menos cinco anos;
 - c) Conhecerem suficientemente a língua portuguesa;
 - d) Não tenham sido condenados, com trânsito em julgado da sentença, com pena de prisão igual ou superior a 3 anos, por crime punível segundo a lei portuguesa;
 - e) Não constituam perigo ou ameaça para a segurança ou a defesa nacional, nomeadamente pelo envolvimento em atividades relacionadas com a prática de terrorismo, criminalidade violenta, especialmente violenta ou altamente organizada.
- 2 – O Governo concede a nacionalidade, por naturalização, aos menores nascidos no território português, filhos de estrangeiros, e que no caso de terem completado a idade de imputabilidade penal cumprirem os requisitos das alíneas *d)* e *e)* do número anterior, desde que, no momento do pedido, preencham uma das seguintes condições:
- a) Um dos progenitores aqui tenha residência, independentemente de título, pelo menos durante os cinco anos imediatamente anteriores ao pedido;
 - b) Um dos progenitores tenha residência legal em território nacional;
 - c) O menor aqui tenha frequentado, pelo menos, um ano da educação pré-escolar ou ensino básico, secundário ou profissional.

- 3 – Tratando-se de criança ou jovem com menos de 18 anos, acolhidos em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, na sequência de medida de promoção e proteção definitiva aplicada em processo de promoção e proteção, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 72.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada em anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, cabe ao Ministério Público promover o respetivo processo de naturalização com dispensa das condições referidas no número anterior.
- 4 – O Governo concede a naturalização, com dispensa dos requisitos previstos nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1, aos indivíduos que tenham tido a nacionalidade portuguesa e que, tendo-a perdido, nunca tenham adquirido outra nacionalidade.
- 5 – O Governo concede a nacionalidade, por naturalização, com dispensa do requisito estabelecido na alínea *b)* do n.º 1, aos indivíduos que satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos:
- a) Tenham nascido em território português;
 - b) Sejam filhos de estrangeiro que aqui tivesse residência, independentemente de título, ao tempo do seu nascimento;
 - c) Aqui residam, independentemente de título, há pelo menos cinco anos.
- 6 – O Governo pode conceder a naturalização, com dispensa dos requisitos previstos nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1, aos indivíduos que, não sendo apátridas, tenham tido a nacionalidade portuguesa, aos que forem havidos como descendentes de portugueses originários, aos membros de comunidades de ascendência portuguesa e aos estrangeiros que tenham prestado ou sejam chamados a prestar serviços relevantes ao Estado Português ou à comunidade nacional.
- 7 - O Governo pode conceder a nacionalidade por naturalização, com dispensa dos requisitos previstos nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:
- a) Demonstrem a tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, com base em requisitos objetivos comprovados de ligação a Portugal, designadamente apelidos, idioma familiar, descendência direta ou colateral; e
 - b) Tenham residido legalmente em território português pelo período de pelo menos três anos, seguidos ou interpolados.

- 8 – O Governo pode conceder a nacionalidade, por naturalização, com dispensa do requisito estabelecido na alínea *b)* do n.º 1, aos indivíduos que sejam ascendentes de cidadãos portugueses originários, aqui tenham residência, independentemente de título, há pelo menos cinco anos imediatamente anteriores ao pedido e desde que a ascendência tenha sido estabelecida no momento do nascimento do cidadão português.
- 9 – O Governo concede a nacionalidade, por naturalização, com dispensa dos requisitos estabelecidos nas alíneas *a)*, *b)* e *c)* do n.º 1, aos indivíduos que não conservaram a nacionalidade portuguesa nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 308-A/75, de 24 de junho, por residirem em Portugal há menos de cinco anos em 25 de abril de 1974, desde que, após a perda da nacionalidade portuguesa, não tenham estado ao serviço do respetivo Estado e tenham permanecido e permaneçam em Portugal, independentemente do título, bem como aos seus filhos, nascidos em território nacional, aos quais não tenha sido atribuída a nacionalidade originária.
- 10 – O conhecimento da língua portuguesa referido na alínea *c)* do n.º 1 presume-se existir para os requerentes que sejam naturais e nacionais de países de língua oficial portuguesa.
- 11 – A prova da inexistência de condenação, com trânsito em julgado da sentença, com pena de prisão igual ou superior a 3 anos referida na alínea *d)* do n.º 1 faz-se mediante a exibição de certificados de registo criminal emitidos:
- a) Pelos serviços competentes portugueses;
 - b) Pelos serviços competentes do país do nascimento, do país da nacionalidade e dos países onde tenha tido residência, desde que neles tenha tido residência após completar a idade de imputabilidade penal.
- 12 – O procedimento de naturalização das pessoas abrangidas pelos n.ºs 2, 3, 5 e 9 é gratuito.
- 13 – A certificação da demonstração de tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa com base em requisitos objetivos comprovados de ligação a Portugal referida na alínea *a)* do n.º 7, é sujeita a homologação final por uma comissão de avaliação nomeada pelo membro do governo responsável pela área da Justiça, integrando representantes dos serviços competentes em razão da matéria, investigadores ou docentes em instituições de ensino superior em estudos sefarditas e

representantes de comunidades judaicas com estatuto de pessoa coletiva religiosa, radicadas em Portugal.

Artigo 7.º

Processo

- 1 – A naturalização é concedida, a requerimento do interessado, por decisão do Ministro da Justiça.
- 2 – O processo de naturalização e os documentos destinados à sua instrução não estão sujeitos às disposições do Código do Imposto do Selo.

Capítulo III

Perda da nacionalidade

Artigo 8.º

Declaração relativa à perda da nacionalidade

Perdem a nacionalidade portuguesa os que, sendo nacionais de outro Estado, declarem que não querem ser portugueses.

Capítulo IV

Oposição à aquisição da nacionalidade por efeito da vontade

Artigo 9.º

Fundamentos

- 1 – Constituem fundamento de oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa por efeito da vontade:
 - a) A inexistência de ligação efetiva à comunidade nacional;
 - b) A condenação, com trânsito em julgado da sentença, com pena de prisão igual ou superior a 3 anos, por crime punível segundo a lei portuguesa;

- c) O exercício de funções públicas sem carácter predominantemente técnico ou a prestação de serviço militar não obrigatório a Estado estrangeiro;
 - d) A existência de perigo ou ameaça para a segurança ou a defesa nacional, nomeadamente pelo envolvimento em atividades relacionadas com a prática de terrorismo, criminalidade violenta, especialmente violenta ou altamente organizada.
- 2 – A oposição à aquisição de nacionalidade com fundamento na alínea *a)* do número anterior não se aplica às situações de aquisição de nacionalidade em caso de casamento ou união de facto quando existam filhos comuns do casal com nacionalidade portuguesa.
- 3 – A oposição à aquisição de nacionalidade com fundamento na alínea *a)* do n.º 1 também não se aplica às situações de aquisição de nacionalidade quando o casamento ou a união de facto decorra há pelo menos seis anos.
- 4 – À prova da inexistência de condenação referida na alínea *b)* do n.º 1 é aplicável o disposto no n.º 11 do artigo 6.º.

Artigo 10.º

Processo

- 1 - A oposição é deduzida pelo Ministério Público no prazo de 1 ano a contar da data do registo da aquisição da nacionalidade, em processo a instaurar nos termos do artigo 26.º.
- 2 – É obrigatória para todas as autoridades a participação ao Ministério Público dos factos a que se refere o artigo anterior.

Capítulo V

Efeitos da atribuição, aquisição e perda da nacionalidade

Artigo 11.º

Efeitos da atribuição

A atribuição da nacionalidade portuguesa produz efeitos desde o nascimento, sem prejuízo da validade das relações jurídicas anteriormente estabelecidas com base em outra nacionalidade.

Artigo 12.º

Efeitos das alterações de nacionalidade

Os efeitos das alterações de nacionalidade só se produzem a partir da data do registo dos atos ou factos de que dependem.

Artigo 12.º-A

Nulidade

- 1 – É nulo o ato que determine a atribuição, aquisição ou perda da nacionalidade portuguesa com fundamento em documentos falsos ou certificativos de factos inverídicos ou inexistentes, ou ainda em falsas declarações.
- 2 – O disposto no número anterior não é aplicável nos casos em que da declaração da nulidade resulte a apatridia do interessado.

Artigo 12.º-B
Consolidação da nacionalidade

- 1 – A titularidade de boa-fé de nacionalidade portuguesa originária ou adquirida durante, pelo menos, 10 anos é causa de consolidação da nacionalidade, ainda que o ato ou facto de que resulte a sua atribuição ou aquisição seja contestado.
- 2 – O prazo referido no número anterior é de 18 meses para os menores com nascimento no registo civil português.
- 3 – Nos casos de atribuição da nacionalidade, o prazo referido no n.º 1 conta-se a partir da data do registo de nascimento, se a identificação como cidadão português tiver na sua origem o respetivo registo, ou a partir da data da emissão do primeiro documento de identificação como cidadão nacional, se a identificação como cidadão português derivar do documento emitido.
- 4 – Nos casos de aquisição de nacionalidade, o prazo referido no n.º 1 conta-se a partir:
 - a) Da data do registo da nacionalidade, nos casos de aquisição por efeito da vontade, pela adoção ou por naturalização;
 - b) Da data do facto de que dependa a aquisição, nos casos de aquisição por efeito da lei;
 - c) Da data de emissão do primeiro documento de identificação, nos demais casos.

Capítulo VI

Disposições gerais

Artigo 12.º-C

Recolha de dados biométricos

1 - Para efeitos de verificação da fidedignidade dos dados apresentados no processo de nacionalidade, podem ser recolhidos os seguintes dados biométricos dos interessados:

- a) Imagem facial;
- b) Impressões digitais;
- c) Altura.

2 - A recolha e o tratamento dos dados referidos no número anterior podem ser efetuados por pessoal qualificado devidamente credenciado pelo Instituto de Registos e Notariado, I. P. (IRN, I. P.), ou pela Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, ou através de terminais de autosserviço providos pelo IRN, I. P., ou de terminais de autosserviço providos pela Agência para a Modernização Administrativa, I. P., nos espaços cidadão.

3 - Em caso de deferimento do pedido de nacionalidade, os dados referidos no n.º 1 podem ser reutilizados para as finalidades previstas na Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, na sua redação atual, sendo conservados nos termos aí previstos.

4 - Em caso de indeferimento do pedido de nacionalidade, os dados referidos no n.º 1 são eliminados após o decurso do prazo de impugnação judicial do despacho de indeferimento ou, em caso de impugnação, após o trânsito em julgado da decisão anule ou declare nulo o despacho de indeferimento.

Artigo 13.º

Suspensão de procedimentos

1 – O procedimento de aquisição da nacionalidade portuguesa por efeito da vontade, por adoção ou por naturalização suspende-se durante o decurso do prazo de cinco

anos a contar da data do trânsito em julgado de sentença que condene o interessado por crime previsto na lei portuguesa e em pena ou penas que, isolada ou cumulativamente, ultrapassem 1 ano de prisão.

- 2 - O procedimento de aquisição da nacionalidade portuguesa por efeito da vontade, por adoção ou por naturalização suspende-se igualmente enquanto o interessado for destinatário de medidas restritivas aprovadas pela Organização das Nações Unidas ou pela União Europeia, na aceção da Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto.
- 3 - Com a suspensão prevista no número anterior, suspende-se também a contagem do prazo previsto no n.º 1 do artigo 10.º.
- 4 - São nulos os atos praticados em violação do disposto nos n.ºs 1 e 2.

Artigo 14.º

Efeitos do estabelecimento da filiação

- 1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, só a filiação estabelecida durante a menoridade produz efeitos relativamente à nacionalidade.
- 2 - Quando a filiação seja estabelecida na maioridade, só pode ser atribuída a nacionalidade originária nos casos em que o estabelecimento da filiação ocorra na sequência de processo judicial ou quando seja objeto de reconhecimento em ação judicial, após o trânsito em julgado da sentença, sem prejuízo do que se ache estabelecido em matéria de revisão de decisão estrangeira.
- 3 - No caso referido no número anterior a atribuição deve ser requerida nos três anos seguintes ao trânsito em julgado da decisão.

Artigo 15.º

Residência

- 1 - Para os efeitos do disposto nos artigos precedentes, entende-se que residem legalmente no território português os indivíduos que aqui se encontram, com a sua situação regularizada perante as autoridades portuguesas, ao abrigo de qualquer dos títulos, vistos ou autorizações previstos no regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros e no regime do direito de asilo.

- 2 – O disposto no número anterior não prejudica os regimes especiais de residência legal resultantes de tratados ou convenções de que Portugal seja Parte, designadamente no âmbito da União Europeia e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- 3 – Para os efeitos de contagem de prazos de residência legal previstos na presente lei, considera-se a soma de todos os períodos de residência legal em território nacional, seguidos ou interpolados, desde que os mesmos tenham decorrido num intervalo máximo de 15 anos.
- 4 – Para os efeitos de contagem de prazos de residência legal previstos na presente lei, considera-se igualmente o tempo decorrido desde o momento em que foi requerido o título de residência temporária, desde que o mesmo venha a ser deferido.
- 5 - Consideram-se igualmente como residindo legalmente no território português as crianças e jovens filhos de estrangeiros e acolhidos em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, na sequência de um processo de promoção e proteção.

Título II
Registo, prova e contencioso da nacionalidade

Capítulo I
Registo central da nacionalidade

Artigo 16.º
Registo central da nacionalidade

As declarações de que dependem a atribuição, a aquisição ou a perda da nacionalidade portuguesa devem constar do registo central da nacionalidade, a cargo da Conservatória dos Registos Centrais.

Artigo 17.º
Declarações perante os agentes diplomáticos ou consulares

As declarações de nacionalidade podem ser prestadas perante os agentes diplomáticos ou consulares portugueses e, neste caso, são registadas oficiosamente em face dos necessários documentos comprovativos, a enviar para o efeito à Conservatória dos Registos Centrais.

Artigo 18.º
Atos sujeitos a registo obrigatório

1 – É obrigatório o registo:

- a) Das declarações para atribuição da nacionalidade;
- b) Das declarações para aquisição ou perda da nacionalidade;
- c) Da naturalização de estrangeiros.

2 – (*Revogado*).

Artigo 19.º
Registo da nacionalidade

O registo do ato que importe atribuição, aquisição ou perda da nacionalidade é lavrado por assento ou por averbamento.

Artigo 20.º
Registos gratuitos

(Revogado).

Capítulo II
Prova da nacionalidade

Artigo 21.º
Prova da nacionalidade originária

- 1 – A nacionalidade portuguesa originária dos indivíduos abrangidos pelas alíneas *a)*, *b)*, *f)* e *g)* do n.º 1 do artigo 1.º prova-se pelo assento de nascimento.
- 2 – É havido como nacional português o indivíduo de cujo assento de nascimento não conste menção da nacionalidade estrangeira dos progenitores ou do seu desconhecimento.
- 3 – É também havido como nacional português o indivíduo de cujo assento de nascimento conste a menção dos progenitores estrangeiros não se encontrarem ao serviço do respetivo Estado.
- 4 – A nacionalidade originária dos indivíduos abrangidos pelas alíneas *c)* e *d)* do n.º 1 do artigo 1.º prova-se, consoante os casos, pelas menções constantes do assento de nascimento lavrado por inscrição no registo civil português ou pelo registo da declaração de que depende a atribuição.
- 5 – A nacionalidade originária dos indivíduos abrangidos pela alínea *e)* do n.º 1 do artigo 1.º prova-se pelo assento de nascimento onde conste a menção da naturalidade portuguesa de um dos progenitores e a da sua residência no território nacional.

Artigo 22.º
Prova da aquisição e da perda da nacionalidade

- 1 – A aquisição e a perda da nacionalidade provam-se pelos respetivos registos ou pelos consequentes averbamentos exarados à margem do assento de nascimento.
- 2 – À prova da aquisição da nacionalidade por adoção é aplicável o n.º 1 do artigo anterior.

Artigo 23.º

Pareceres do conservador dos Registos Centrais

Ao conservador dos Registos Centrais compete emitir parecer sobre quaisquer questões de nacionalidade, designadamente sobre as que lhe devem ser submetidas pelos agentes consulares em caso de dúvida sobre a nacionalidade portuguesa do impetrante de matrícula ou inscrição consular.

Artigo 24.º

Certificados de nacionalidade

- 1 – Independentemente da existência do registo, podem ser passados pelo conservador dos Registos Centrais, a requerimento do interessado, certificados de nacionalidade portuguesa.
- 2 – A força probatória do certificado pode ser ilidida por qualquer meio sempre que não exista registo da nacionalidade do respetivo titular.

Capítulo III
Contencioso da nacionalidade

Artigo 25.º
Legitimidade

Têm legitimidade para interpor recurso de quaisquer atos relativos à atribuição, aquisição ou perda de nacionalidade portuguesa os interessados diretos e o Ministério Público.

Artigo 26.º
Legislação aplicável

Ao contencioso da nacionalidade são aplicáveis, nos termos gerais, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos e demais legislação complementar.

Título III
Conflitos de leis sobre a nacionalidade

Artigo 27.º
Conflitos de nacionalidade portuguesa e estrangeira

Se alguém tiver duas ou mais nacionalidades e uma delas for portuguesa, só esta releva face à lei portuguesa.

Artigo 28.º

Conflitos de nacionalidades estrangeiras

Nos conflitos positivos de duas ou mais nacionalidades estrangeiras releva apenas a nacionalidade do Estado em cujo território o plurinacional tenha a sua residência habitual ou, na falta desta, a do Estado com o qual mantenha uma vinculação mais estreita.

Título IV

Disposições transitórias e finais

Artigo 29.º

Aquisição da nacionalidade por adotados

Os adotados por nacional português, antes da entrada em vigor da presente lei, podem adquirir a nacionalidade portuguesa mediante declaração.

Artigo 30.º

Aquisição da nacionalidade por mulher casada com estrangeiro

1 – A mulher que, nos termos da Lei n.º 2098, de 29 de julho de 1959, e legislação precedente, tenha perdido a nacionalidade portuguesa por efeito do casamento, adquire-a:

- a) Desde que não tenha sido lavrado o registo definitivo da perda da nacionalidade, exceto se declarar que não quer adquirir a nacionalidade portuguesa;
- b) Mediante declaração, quando tenha sido lavrado o registo definitivo da perda da nacionalidade.

2 – Nos casos referidos no número anterior não se aplica o disposto nos artigos 9.º e 10.º.

- 3 – Sem prejuízo da validade das relações jurídicas anteriormente estabelecidas com base em outra nacionalidade, a aquisição da nacionalidade portuguesa nos termos previstos no n.º 1 produz efeitos desde a data do casamento, independentemente da data em que o facto ingressou no registo civil português.

Artigo 31.º

Aquisição voluntária anterior de nacionalidade estrangeira

- 1 – Quem, nos termos da Lei n.º 2098, de 29 de julho de 1959, e legislação precedente, perdeu a nacionalidade portuguesa por efeito da aquisição voluntária de nacionalidade estrangeira, adquire-a:
- a) Desde que não tenha sido lavrado o registo definitivo da perda da nacionalidade, exceto se declarar que não quer adquirir a nacionalidade portuguesa;
 - b) Mediante declaração, quando tenha sido lavrado o registo definitivo da perda da nacionalidade.
- 2 – Nos casos referidos no número anterior não se aplica o disposto nos artigos 9.º e 10.º.
- 3 – Sem prejuízo da validade das relações jurídicas anteriormente estabelecidas com base em outra nacionalidade, a aquisição da nacionalidade portuguesa nos termos previstos no n.º 1 produz efeitos desde a data da aquisição da nacionalidade estrangeira.

Artigo 32.º

Naturalização imposta por Estado estrangeiro

É da competência do Tribunal Central Administrativo Sul a decisão sobre a perda ou manutenção da nacionalidade portuguesa nos casos de naturalização direta ou indiretamente imposta por Estado estrangeiro a residentes no seu território.

Artigo 33.º

Registo das alterações de nacionalidade

O registo das alterações de nacionalidade por efeito de casamento ou por aquisição voluntária de nacionalidade estrangeira em conformidade com a lei anterior é lavrado oficiosamente ou a requerimento dos interessados, sendo obrigatório para fins de identificação.

Artigo 34.º

Atos cujo registo não era obrigatório pela lei anterior

- 1 – A aquisição e a perda da nacionalidade que resultem de atos cujo registo não era obrigatório no domínio da lei anterior continuam a provar-se pelo registo ou pelos documentos comprovativos dos atos de que dependem.
- 2 – Para fins de identificação, a prova destes atos é feita pelo respetivo registo ou consequentes averbamentos ao assento de nascimento.

Artigo 35.º

Produção de efeitos dos atos anteriormente não sujeitos a registo

- 1 – Os efeitos das alterações de nacionalidade dependentes de atos ou factos não obrigatoriamente sujeitos a registo no domínio da lei anterior são havidos como produzidos desde a data da verificação dos atos ou factos que as determinaram.
- 2 – Excetua-se do disposto no número anterior a perda da nacionalidade fundada na aquisição voluntária de nacionalidade estrangeira, a qual continua a só produzir efeitos para com terceiros, no domínio das relações de direito privado, desde que seja levada ao registo e a partir da data em que este se realize.

Artigo 36.º

Processos pendentes

(Revogado).

Artigo 37.º

Assentos de nascimento de filhos apenas de não portugueses

- 1 – Nos assentos de nascimentos ocorridos no território português, após a entrada em vigor da presente lei, de filhos apenas de não portugueses deve mencionar-se, como elemento de identidade do registando, a nacionalidade estrangeira dos progenitores ou o seu desconhecimento, exceto se algum dos progenitores tiver nascido no território português e aqui tiver residência.
- 2 – Sempre que possível, os declarantes devem apresentar documento comprovativo da menção que deva ser feita nos termos do número anterior, em ordem demonstrar que nenhum dos progenitores é de nacionalidade portuguesa.

Artigo 38.º

**Assentos de nascimento de progenitores ou adotantes portugueses
posteriormente ao registo de nascimento de estrangeiro**

- 1 – Quando for estabelecida filiação posteriormente ao registo do nascimento de estrangeiro nascido em território português ou sob administração portuguesa ou for decretada a sua adoção, da decisão judicial ou ato que as tiver estabelecido ou decretado e da sua comunicação para averbamento ao assento de nascimento constará a menção da nacionalidade dos progenitores ou adotantes portugueses.
- 2 – A menção a que se refere o número anterior constará igualmente, como elemento de identificação do registado, do averbamento de estabelecimento de filiação ou de adoção a exarar à margem do assento de nascimento.

3 – Quando for estabelecida a filiação, posteriormente ao registo de nascimento, de estrangeiro nascido no território nacional, da decisão judicial ou do acto que a tiver estabelecido, bem como da sua comunicação para averbamento ao registo de nascimento, deve constar a menção da naturalidade do progenitor estrangeiro, nascido no território português, bem como a sua residência ao tempo do nascimento.

Artigo 39.º

Regulamentação transitória

(Revogado).

Artigo 40.º

Disposição revogatória

É revogada a Lei n.º 2098, de 29 de julho de 1959.

Anteprojeto de texto de substituição
Projetos de Lei n.ºs 126/XV (L), 132/XV (IL), 133/XV (PS)

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei procede à décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, alterada pela Lei n.º 25/94, de 19 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 194/2003, de 23 de agosto, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2004, de 15 de janeiro, 2/2006, de 17 de abril, 1/2013, de 29 de julho, 8/2015, de 22 de junho, 9/2015, de 29 de julho, 2/2018, de 5 de julho, e 2/2020, de 10 de novembro.

Artigo 2.º

Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro

São alterados os artigos 1.º, 6.º, 9.º, 10.º, 13.º, 14.º e 15.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 1.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - A existência de laços de efetiva ligação à comunidade nacional, para os efeitos estabelecidos na alínea d) do n.º 1, verifica-se pelo conhecimento suficiente da língua portuguesa e depende da não condenação a pena de prisão igual ou superior a 3 anos, com trânsito em julgado da sentença, por crime punível segundo a lei portuguesa, e da não existência de perigo ou ameaça para a segurança ou a defesa nacional, nomeadamente pelo envolvimento em atividades relacionadas com a prática de terrorismo, **criminalidade violenta, especialmente violenta ou altamente organizada.**

4 - [...].

Artigo 6.º

[...]

1 - [...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) Não constituam perigo ou ameaça para a segurança ou a defesa nacional, nomeadamente pelo envolvimento em atividades relacionadas com a prática de terrorismo, **criminalidade violenta, especialmente violenta ou altamente organizada.**

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

6 - [...]

7 - O Governo pode conceder a nacionalidade por naturalização, com dispensa dos requisitos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Demonstrem a tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, com base em requisitos objetivos comprovados de ligação a Portugal, designadamente apelidos, idioma familiar, descendência direta ou colateral; e

b) Tenham residido legalmente em território português pelo período de pelo menos três anos, seguidos ou interpolados.

8 - [...]

9 - [...]

10 - [...]

11 - [...]

12 - [...]

13 – A certificação da demonstração de tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa com base em requisitos objetivos comprovados de ligação a Portugal referida na alínea a) do n.º 7, é sujeita a homologação final por uma comissão de avaliação nomeada

pela membro do governo responsável pela área da Justiça, integrando representantes dos serviços competentes em razão da matéria, investigadores ou docentes em instituições de ensino superior em estudos sefarditas e representantes de comunidades judaicas com estatuto de pessoa coletiva religiosa, radicadas em Portugal.

Artigo 9.º

[...]

1 - [...]:

a) [...];

b) [...]

c) [...];

d) A existência de perigo ou ameaça para a segurança ou a defesa nacional, nomeadamente pelo envolvimento em atividades relacionadas com a prática de terrorismo, **criminalidade violenta, especialmente violenta ou altamente organizada.**

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

Artigo 10.º

[...]

1 - A oposição é deduzida pelo Ministério Público no prazo de 1 ano a **contar da data do registo da aquisição da nacionalidade**, em processo a instaurar nos termos do artigo 26.º

2 - [...].

Artigo 13.º

[...]

1 - [...].

2 - O procedimento de aquisição da nacionalidade portuguesa por efeito da vontade, por adoção ou por naturalização suspende-se igualmente

enquanto o interessado for destinatário de medidas restritivas aprovadas pela Organização das Nações Unidas ou pela União Europeia, na aceção da Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto.

3 - [Atual n.º 2].

4 - São nulos os atos praticados em violação do disposto nos n.ºs 1 e 2.

Artigo 14.º

Efeitos do estabelecimento da filiação

1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, só a filiação estabelecida durante a menoridade produz efeitos relativamente à nacionalidade.

2 – Quando a filiação seja estabelecida na maioridade, só pode ser atribuída a nacionalidade originária nos casos em que o estabelecimento da filiação ocorra na sequência de processo judicial ou quando seja objeto de reconhecimento em ação judicial, após o trânsito em julgado da decisão, sem prejuízo do que se ache estabelecido em matéria de revisão de decisão estrangeira.

3 – No caso referido no número anterior a atribuição deve ser requerida nos três anos seguintes ao trânsito em julgado da decisão.

Artigo 15.º

[...]

1 – [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - Para os efeitos de contagem de prazos de residência legal previstos na presente lei, considera-se igualmente o tempo decorrido desde o momento em que foi requerido o título de residência temporária, desde que o mesmo venha a ser deferido.

5 – [Atual n.º 4].»

Artigo 3.º

Aditamento à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro

É aditado à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, o artigo 12.º-C, com a seguinte redação:

«Artigo 12.º-C

Recolha de dados biométricos

1 - Para efeitos de verificação da fidedignidade dos dados apresentados no processo de nacionalidade, podem ser recolhidos os seguintes dados biométricos dos interessados:

- a) Imagem facial;**
- b) Impressões digitais;**
- c) Altura.**

2 - A recolha e o tratamento dos dados referidos no número anterior podem ser efetuados por pessoal qualificado devidamente credenciado pelo Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, I. P.), ou pela Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, ou através de terminais de autosserviço providos pelo IRN, I. P., ou de terminais de autosserviço providos pela Agência para a Modernização Administrativa, I. P., nos espaços cidadão.

3 - Em caso de deferimento do pedido de nacionalidade, os dados referidos no n.º 1 podem ser reutilizados para as finalidades previstas na Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, na sua redação atual, sendo conservados nos termos aí previstos.

4 - Em caso de indeferimento do pedido de nacionalidade, os dados referidos no n.º 1 são eliminados após o decurso do prazo de impugnação judicial do despacho de indeferimento ou, em caso de impugnação, após o trânsito em julgado da decisão anule ou declare nulo o despacho de indeferimento.»

Artigo 4.º

Alteração sistemática à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro

O Capítulo VI do Título I da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, passa a integrar os artigos 12.º-C a 15.º.

Artigo 5.º

Contagem do prazo do artigo 14.º

O prazo de 3 anos previsto no n.º 3 do artigo 14.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, conta-se a partir da entrada em vigor da presente lei em relação aos casos de estabelecimento da filiação que tenham ocorrido antes da sua entrada em vigor.

Artigo 6.º

Pedidos pendentes

Em relação aos requerimentos apresentados até a entrada em vigor da presente lei, o Governo pode conceder a nacionalidade por naturalização, com dispensa dos requisitos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses, através da demonstração da tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, com base em requisitos objetivos comprovados de ligação a Portugal, designadamente apelidos, idioma familiar, descendência direta ou colateral, bem como:

- a) Da titularidade, transmitida mortis causa, de direitos reais sobre imóveis sítos em Portugal, de outros direitos pessoais de gozo ou de participações sociais em sociedades comerciais ou cooperativas sediadas em Portugal; ou
- b) Da realização de deslocações regulares ao longo da vida do requerente a Portugal que atestem uma ligação efetiva e duradoura a Portugal; ou
- c) Da titularidade de autorização de residência há mais de um ano.
- ~~d) Do desenvolvimento de atividade profissional ou de investigação científica com ligação a Portugal nos 3 anos anteriores ao pedido.~~

Artigo 7.º

Regulamentação

O Governo procede às necessárias alterações do Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, no prazo de **90 dias** a contar da publicação da presente lei.

Artigo 8.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.